INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

LEANDRA RODRIGUES SANTANA

PROTAGONISMO JUVENIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CAMPO

Sabará-MG

2026

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PROTAGONISMO JUVENIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso. Relatório de Formação apresentado ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Prof. Dr. Sheldon William Silva

Sabará-MG

2026

INSTITUTO FEDERAL
Minas Gerais
Campus Sabará

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LEANDRA RODRIGUES SANTANA

No dia 10 do mês Novembro do ano de 2026, às 15:30 horas, o Professor Orientador Sheldon William Silva e os demais membros da banca examinadora compareceram para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado PROTAGONISMO JUVENIL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT): CAMINHOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CAMPO, , requisito obrigatório para a obtenção do título de **Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica**. Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado: (x) Aprovado ( ) Reprovado.

O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pelo Professor Orientador. Nada mais havendo a tratar, o Professor Orientador a reunião e lavrou a presenta ATA, que será assinada por todos os membros participantes da banca avaliadora.

Observações:_____
_____
_____

gov.br Documento assinado digitalmente
SHELDON WILLIAM SILVA
Data: 27/11/2026 10:30:11-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
SHELDON WILLIAM SILVA
Professor Orientador

Leandra Rodrigues Santana

_____
LEANDRA RODRIGUES SANTANA
Aluno(a)

RESUMO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha papel fundamental na formação integral dos estudantes, especialmente quando articulada às especificidades da Educação do Campo. Nesse contexto, este trabalho analisa como a EPT pode favorecer o protagonismo juvenil e contribuir para a transformação social no meio rural, considerando a gestão democrática, as práticas pedagógicas contextualizadas e a valorização dos saberes locais. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentando-se em livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais relacionados à EPT, à Educação do Campo e à juventude rural, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e documentos normativos das políticas educacionais. O tratamento dos dados ocorreu mediante leitura exploratória e analítica dos materiais selecionados, com organização das informações conforme as categorias: protagonismo juvenil, participação estudantil, gestão democrática, práticas pedagógicas contextualizadas, políticas públicas e permanência no campo. Posteriormente, os dados foram sistematizados e analisados qualitativamente, estabelecendo-se relações entre as informações documentais e o referencial teórico, composto por autores como Freire, Saviani, Frigotto, Arroyo, Caldart, Libâneo e Lück. Os resultados evidenciam que espaços de participação, autonomia e diálogo fortalecem o protagonismo juvenil, embora persistam desafios relacionados às políticas públicas, formação docente, infraestrutura e permanência dos jovens no campo. O relatório também apresenta reflexões sobre a trajetória acadêmica e profissional da autora durante o curso de especialização.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Protagonismo Juvenil; Educação do Campo; Gestão Democrática; Formação Integral.

ABSTRACT

Professional and Technological Education (EPT) plays a fundamental role in the holistic development of students, especially when integrated with the specificities of Rural Education. In this context, this study analyzes how EPT can foster youth agency and contribute to social transformation in rural areas, considering democratic management, contextualized pedagogical practices, and the valuing of local knowledge. The research is characterized as a bibliographic and documentary study, grounded in books, scientific articles, dissertations, theses, and official documents related to EPT, Rural Education, and rural youth—including the Law of Guidelines and Bases of National Education, the Operational Guidelines for Basic Education in Rural Schools, and normative documents regarding educational policies. Data processing involved exploratory and analytical reading of the selected materials, with information organized into the following categories: youth agency, student participation, democratic management, contextualized pedagogical practices, public policies, and remaining in rural areas. Subsequently, the data were systematized and qualitatively analyzed, establishing connections between the documentary information and the theoretical framework, which comprises authors such as Freire, Saviani, Frigotto, Arroyo, Caldart, Libâneo, and Lück. The results demonstrate that spaces for participation, autonomy, and dialogue strengthen youth agency, although challenges persist regarding public policies, teacher training, infrastructure, and the retention of young people in rural areas. The report also presents reflections on the author's academic and professional journey during the specialization course.

Keywords: Professional and Technological Education; Youth Agency; Rural Education; Democratic Management; Holistic Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: síntese das ações propostas.....18

LISTA DE ABREVIAÇÕES

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 8
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 10
3 METODOLOGIA 166
4 RESULTADO E DISCUSSÃO 188
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 211
6 REFERÊNCIAS 222

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel fundamental na formação de sujeitos críticos, preparados não apenas para atender às demandas do mundo do trabalho, mas também para exercer sua cidadania de forma consciente e participativa. Esse papel torna-se ainda mais relevante quando direcionado à juventude do campo, segmento que historicamente enfrenta dificuldades relacionadas ao acesso, à permanência e à conclusão da educação básica e profissional. Entre os principais desafios estão a distância entre as comunidades rurais e as instituições de ensino, as limitações de infraestrutura, a necessidade de inserção precoce no trabalho e a oferta de propostas pedagógicas que, muitas vezes, desconsideram as especificidades culturais, sociais e produtivas do meio rural. Conforme destacam Caldart (2002) e Arroyo (2023), a Educação do Campo deve reconhecer e valorizar os saberes, a identidade e os modos de vida dos povos do campo, promovendo uma formação contextualizada e comprometida com a realidade desses sujeitos.

Nesse contexto, o protagonismo juvenil apresenta-se como um elemento essencial para a construção de uma educação democrática, participativa e socialmente transformadora. Ao assumir um papel ativo no processo educativo, o jovem deixa de ser apenas receptor de conhecimentos e passa a atuar como sujeito da própria aprendizagem, desenvolvendo autonomia, senso crítico e capacidade de intervir na realidade em que vive. Essa concepção dialoga com os pressupostos de Freire (1996), que compreende a educação como um processo fundamentado no diálogo, na participação e na construção coletiva do conhecimento. De forma complementar, a EPT, ao integrar trabalho, ciência, tecnologia e cultura, contribui para uma formação humana integral, favorecendo o desenvolvimento de competências que possibilitam aos estudantes compreender seu território, fortalecer sua identidade e construir projetos de vida vinculados ao meio rural, conforme defendem Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005).

Apesar dos avanços das políticas públicas voltadas à Educação do Campo e à expansão da Educação Profissional e Tecnológica, ainda são observadas dificuldades na efetivação de práticas pedagógicas e de gestão capazes de promover a participação ativa da juventude rural. Muitas escolas ainda reproduzem modelos de ensino desvinculados das necessidades locais, limitando as oportunidades para que os estudantes participem das decisões escolares e desenvolvam iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de suas comunidades. Nesse cenário, a gestão democrática e a valorização do protagonismo juvenil tornam-se estratégias importantes para fortalecer o vínculo dos jovens com a escola e com o território, contribuindo para sua permanência no campo e para a construção de processos educativos mais significativos.

Diante dessa realidade, a presente pesquisa parte da seguinte problemática: de que forma

a Educação Profissional e Tecnológica, articulada à Educação do Campo, pode promover o protagonismo juvenil e contribuir para a transformação social no meio rural? Como objetivo geral, busca analisar de que maneira essa articulação favorece o desenvolvimento do protagonismo juvenil, considerando seus impactos na formação crítica e na permanência dos jovens no campo. Especificamente, pretende analisar como as políticas públicas de EPT contemplam as especificidades da juventude rural, investigar de que forma as práticas pedagógicas podem ser contextualizadas à realidade do campo, favorecendo a participação ativa dos estudantes, e compreender como a gestão democrática escolar contribui para a construção de espaços de participação e fortalecimento do protagonismo juvenil.

A relevância desta pesquisa está associada à necessidade de compreender como a Educação Profissional e Tecnológica pode contribuir para a formação integral dos jovens do campo, respeitando suas especificidades sociais, culturais e territoriais. A temática também se justifica pela constatação de que muitos estudantes precisam se deslocar para centros urbanos em busca de oportunidades educacionais, situação que frequentemente resulta em evasão escolar ou no enfraquecimento dos vínculos com seu território de origem. Sob a perspectiva acadêmica, o estudo busca contribuir para a integração entre três eixos ainda pouco explorados de forma articulada Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo e protagonismo juvenil ampliando as discussões sobre práticas educacionais contextualizadas e democráticas. Do ponto de vista social, pretende evidenciar a importância da valorização dos saberes da juventude rural, fortalecendo sua participação nos processos educativos e contribuindo para a construção de uma educação comprometida com o desenvolvimento sustentável e a transformação das comunidades do campo.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, fundamentando-se em autores de referência na área da educação, como Paulo Freire, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, Miguel Arroyo, Roseli Caldart, José Carlos Libâneo e Heloísa Lück, além de estudos recentes sobre juventude rural, Educação do Campo, Educação Profissional e Tecnológica e políticas públicas educacionais. O estudo das produções científicas e dos documentos oficiais possibilitará compreender os fundamentos teóricos e legais que orientam a promoção do protagonismo juvenil no contexto da Educação do Campo, contribuindo para a construção de reflexões sobre práticas educacionais mais inclusivas, participativas e comprometidas com a realidade dos sujeitos do meio rural.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Políticas públicas e a educação profissional e tecnológica para a juventude rural

As políticas públicas voltadas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) passaram a incorporar, de maneira mais consistente, as demandas da juventude rural, reconhecendo que esse público apresenta características sociais, culturais e econômicas distintas da população urbana. A compreensão de que os jovens do campo necessitam de uma formação que dialogue com sua realidade produtiva, suas formas de organização comunitária e seus projetos de vida contribuiu para o desenvolvimento de políticas educacionais mais inclusivas e contextualizadas. Nesse cenário, a EPT deixa de ser entendida apenas como uma modalidade destinada à qualificação para o mercado de trabalho e passa a assumir um papel estratégico na promoção do desenvolvimento local, da cidadania e da permanência dos jovens em seus territórios (ARROYO, 2023).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que a educação deve considerar as características regionais, sociais e culturais da população atendida, assegurando igualdade de oportunidades e respeito às especificidades dos diferentes grupos sociais (BRASIL, 1996). Esse princípio fundamenta diversas políticas públicas voltadas à Educação do Campo e à EPT, possibilitando a construção de propostas pedagógicas que valorizem os conhecimentos produzidos pelas comunidades rurais e promovam uma formação articulada às necessidades do território.

Segundo Caldart (2002), a Educação do Campo representa um movimento político e pedagógico que busca superar modelos educacionais historicamente construídos para atender apenas às demandas urbanas. Nesse sentido, as políticas públicas destinadas à juventude rural passaram a reconhecer que a formação escolar deve dialogar com as práticas agrícolas, com a sustentabilidade, com a agricultura familiar, com as formas de organização comunitária e com os processos de desenvolvimento regional. Essa perspectiva amplia o papel da EPT, permitindo que a formação profissional contribua para fortalecer as identidades dos jovens do campo e ampliar suas possibilidades de inserção social e econômica.

A concepção de formação integrada também exerce papel importante nesse processo. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a educação profissional deve promover o desenvolvimento integral do estudante, articulando conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e sociais. Na juventude rural, essa integração torna-se ainda mais necessária, pois permite que os conteúdos escolares sejam relacionados às experiências vividas nas propriedades rurais, nas cooperativas, nas associações comunitárias e nas diferentes atividades

produtivas desenvolvidas pelas famílias.

As políticas públicas de EPT também procuram responder ao desafio histórico do êxodo rural juvenil. Muitos jovens deixam suas comunidades em busca de oportunidades educacionais e profissionais inexistentes em seus municípios. Ao ofertar cursos técnicos voltados às potencialidades econômicas locais, como agropecuária, agroindústria, cooperativismo, gestão ambiental e tecnologias aplicadas ao campo, a educação profissional contribui para ampliar as oportunidades de permanência desses jovens em seus territórios, favorecendo o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais (ALMEIDA; ROCHA, 2025).

Nesse contexto, as instituições que ofertam Educação Profissional e Tecnológica vêm ampliando práticas pedagógicas contextualizadas, buscando aproximar teoria e prática por meio de projetos integradores, atividades de extensão, pesquisa aplicada e interação com as demandas da comunidade. Conforme Santos e Pereira (2024), a contextualização dos conteúdos fortalece o processo de aprendizagem ao relacionar os conhecimentos científicos às práticas produtivas e às experiências cotidianas dos estudantes, tornando o ensino mais significativo e contribuindo para a valorização dos saberes locais.

Outro aspecto relevante diz respeito à participação dos jovens nos processos educativos, especialmente no contexto da Educação do Campo. Embora as políticas públicas frequentemente apresentem o protagonismo juvenil como estratégia de fortalecimento da autonomia, da responsabilidade e da participação democrática, é necessário problematizar esse conceito, evitando compreendê-lo apenas como uma orientação normativa ou como atribuição individual de responsabilidades aos estudantes. O protagonismo não ocorre de forma automática a partir da criação de espaços participativos, pois depende das condições concretas oferecidas pela escola, das relações de poder estabelecidas e das possibilidades efetivas de os jovens influenciarem as decisões que envolvem sua formação. Costa (2000) associa o protagonismo juvenil ao desenvolvimento da autonomia, da liderança, da capacidade de decisão e do compromisso coletivo. Entretanto, sua efetivação exige que a participação estudantil ultrapasse ações pontuais e simbólicas, possibilitando aos jovens condições reais de expressão, intervenção e construção coletiva dos processos educativos. Nesse sentido, torna-se fundamental considerar as especificidades sociais, culturais e econômicas da juventude rural, reconhecendo seus saberes, experiências e projetos de vida e evitando responsabilizá-la individualmente por transformações que também dependem das condições institucionais e das políticas públicas.

Essa perspectiva é reforçada por Gomes e Grinspun (2024), ao afirmarem que a formação contemporânea deve criar espaços permanentes de participação estudantil,

estimulando o desenvolvimento de competências críticas e sociais. Na EPT voltada ao campo, essa participação ocorre por meio de projetos comunitários, atividades de pesquisa, organizações estudantis, ações de empreendedorismo rural e iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades.

A gestão escolar também constitui elemento essencial para que as políticas públicas alcancem seus objetivos. A construção de ambientes participativos favorece o diálogo entre estudantes, professores, famílias e comunidade, fortalecendo o processo educativo. De acordo com Lück (2009), a gestão educacional democrática amplia as possibilidades de participação coletiva e contribui para a implementação de práticas pedagógicas mais coerentes com as necessidades dos estudantes. Complementando essa perspectiva, Lima e Costa (2025) ressaltam que a gestão escolar exerce papel estratégico na consolidação do protagonismo juvenil dentro das instituições de Educação Profissional, criando condições para que os estudantes participem efetivamente das decisões e do planejamento das atividades escolares.

As transformações tecnológicas também passaram a influenciar significativamente as políticas públicas direcionadas à juventude rural. O avanço da agricultura digital, da conectividade no campo e das novas tecnologias produtivas exige que a EPT desenvolva competências relacionadas ao uso de ferramentas tecnológicas, inovação e empreendedorismo. Entretanto, permanecem desafios relacionados ao acesso desigual às tecnologias, à infraestrutura de internet e à formação de professores para utilização desses recursos. Gomes e Grinspun (2023) destacam que a inclusão digital tornou-se componente indispensável da formação profissional contemporânea, especialmente diante das mudanças ocorridas no mundo do trabalho.

Embora avanços importantes tenham sido alcançados, ainda persistem limitações na efetivação das políticas públicas voltadas à juventude rural. Problemas relacionados à distância entre escolas e comunidades, dificuldades de transporte, infraestrutura insuficiente, escassez de investimentos e oferta reduzida de cursos compatíveis com as vocações econômicas locais continuam restringindo o acesso e a permanência dos estudantes na Educação Profissional. Ferreira et al. (2026) observam que a consolidação de políticas públicas mais eficientes depende da ampliação dos investimentos, da articulação entre diferentes esferas governamentais e da participação ativa das comunidades na construção das propostas educacionais.

Além dos aspectos estruturais, a formação crítica permanece como elemento central para que a EPT contribua efetivamente para a emancipação da juventude rural. Freire (1996) defende que a educação deve possibilitar o desenvolvimento da autonomia, da reflexão crítica

e da capacidade de intervenção na realidade social. Da mesma forma, Saviani (2023; 2024) enfatiza que a educação profissional deve ultrapassar a formação estritamente técnica, promovendo uma compreensão ampla das relações sociais, econômicas e culturais que envolvem o mundo do trabalho.

2.2 Práticas pedagógicas contextualizadas e formação integral dos jovens do campo

A Educação do Campo parte do reconhecimento dos sujeitos que vivem e trabalham nos territórios rurais, valorizando seus conhecimentos, suas culturas e as diferentes formas de organização e produção existentes nessas comunidades. Para Caldart (2002), a educação destinada às populações do campo precisa considerar suas particularidades históricas, culturais e sociais, bem como suas relações com o trabalho, o território e a natureza. Sob essa perspectiva, a escola deve superar a simples reprodução de modelos educacionais elaborados para contextos urbanos, construindo propostas pedagógicas que dialoguem com as necessidades e características concretas das populações rurais.

No âmbito da Educação Profissional, essa aproximação com a realidade pode ser desenvolvida mediante a articulação entre conhecimentos teóricos e experiências práticas. Nesse processo, situações presentes no cotidiano dos estudantes podem servir como referências para a abordagem dos conteúdos curriculares. Iniciativas relacionadas à agricultura familiar, agroecologia, sustentabilidade, cooperativismo, empreendedorismo rural e utilização de tecnologias no campo possibilitam aproximar os conhecimentos científicos das práticas desenvolvidas nas comunidades. De acordo com Santos e Pereira (2024), a contextualização do ensino contribui para tornar a aprendizagem mais significativa, uma vez que estabelece relações entre os conteúdos escolares e as experiências dos estudantes, aproximando escola, comunidade e território.

Outro elemento central refere-se à formação integral dos educandos. A perspectiva do ensino integrado ultrapassa a preparação exclusivamente técnica para o mercado de trabalho, buscando também desenvolver dimensões sociais, culturais, éticas e críticas. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) defendem uma formação profissional fundamentada na articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, possibilitando aos estudantes compreenderem os processos produtivos em suas diferentes dimensões. Essa concepção possui particular importância para os jovens do campo, pois contribui para sua preparação profissional sem desconsiderar sua capacidade de compreender e participar da transformação da realidade social de suas comunidades.

A participação dos estudantes também constitui uma dimensão importante das práticas pedagógicas contextualizadas. Nessa perspectiva, os jovens não devem permanecer restritos à condição de receptores de informações, mas precisam encontrar oportunidades para participar da construção do processo educativo por meio de projetos, pesquisas, atividades extensionistas, ações comunitárias e iniciativas destinadas à resolução de problemas locais. Para Freire (1996), a prática educativa não se resume à transmissão de conhecimentos, mas envolve a criação de condições para que os educandos produzam e reconstruam saberes mediante diálogo, reflexão e participação crítica.

Nesse contexto, o protagonismo juvenil pode contribuir para ampliar a autonomia e a responsabilidade dos estudantes, embora sua efetivação dependa das condições concretas de participação oferecidas pela instituição escolar. Costa (2000) relaciona o protagonismo ao desenvolvimento de capacidades como liderança, cooperação, tomada de decisões e participação cidadã. Na Educação Profissional vinculada ao campo, essas capacidades podem ser estimuladas por meio da participação dos estudantes em feiras agrícolas, projetos ambientais, atividades produtivas, ações de extensão rural, pesquisas aplicadas e iniciativas direcionadas ao desenvolvimento sustentável das comunidades.

2.3 Gestão democrática, protagonismo juvenil e transformação social

As transformações ocorridas no mundo do trabalho também demandam propostas educativas capazes de incorporar recursos tecnológicos e processos de inovação. Ferramentas digitais, sistemas de gestão agrícola, tecnologias de agricultura de precisão e outros recursos podem ampliar as possibilidades de aprendizagem e aproximar a formação escolar das demandas contemporâneas do setor produtivo. Contudo, essa inserção tecnológica precisa considerar as desigualdades existentes no acesso aos recursos digitais entre as comunidades rurais. Gomes e Grinspun (2023) ressaltam que a educação contemporânea deve preparar os jovens para utilizar as tecnologias de maneira crítica e consciente, contribuindo tanto para sua formação profissional quanto para sua participação na sociedade.

Paralelamente às práticas pedagógicas, a gestão democrática constitui um componente importante para a construção de uma escola participativa. Esse modelo pressupõe a participação de professores, estudantes, famílias, funcionários e demais integrantes da comunidade escolar na construção e no acompanhamento das ações pedagógicas e administrativas. Ao favorecer o diálogo e a divisão de responsabilidades, a gestão democrática pode fortalecer o sentimento de pertencimento e possibilitar que as decisões institucionais considerem as demandas e características da comunidade escolar (LÜCK, 2024).

Libâneo (2004) destaca que a gestão democrática não se limita às atividades administrativas da instituição, abrangendo processos contínuos de participação, planejamento coletivo e compartilhamento de responsabilidades. Na Educação Profissional desenvolvida em espaços rurais, essa concepção ganha relevância por possibilitar a incorporação das necessidades e demandas das comunidades ao planejamento educacional, contribuindo para o fortalecimento da identidade institucional e da função social da escola.

A gestão participativa também pode criar condições para ampliar o protagonismo dos jovens no espaço escolar. Instrumentos como conselhos escolares, grêmios estudantis, assembleias, fóruns, comissões e grupos de pesquisa possibilitam que os estudantes participem de discussões e decisões relacionadas à organização da vida escolar. Segundo Lima e Costa (2025), a inserção dos estudantes nos processos de gestão pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia, do compromisso com a aprendizagem e de habilidades relacionadas à liderança e à atuação coletiva.

A vivência de práticas democráticas no ambiente escolar também apresenta implicações para a formação cidadã. Ao participar de discussões, decisões e atividades coletivas, os estudantes têm oportunidades de desenvolver capacidades de argumentação, diálogo, negociação, resolução de conflitos e tomada de decisões. Essas aprendizagens podem ultrapassar os limites institucionais da escola e contribuir para sua participação em diferentes espaços sociais. Gomes e Grinspun (2024) compreendem o protagonismo juvenil como uma dimensão relevante da formação contemporânea, por favorecer a constituição de sujeitos participativos, críticos e envolvidos com as questões de sua realidade.

Apesar dessas possibilidades, a implementação de práticas contextualizadas e de processos de gestão democrática nas escolas do campo ainda encontra diferentes obstáculos. Entre eles, destacam-se problemas relacionados à infraestrutura escolar, à formação continuada dos professores, ao acesso às tecnologias, ao transporte dos estudantes e à disponibilidade de materiais pedagógicos adequados às especificidades rurais. Soma-se a isso a permanência de práticas administrativas centralizadoras, que podem limitar a participação estudantil e dificultar a adoção de metodologias inovadoras. Ferreira et al. (2026) apontam que o fortalecimento da Educação Profissional direcionada à juventude rural requer investimentos permanentes, políticas públicas articuladas e reconhecimento das particularidades de cada território.

Assim, a contextualização das práticas pedagógicas e a gestão democrática podem ser compreendidas como dimensões articuladas no fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica no contexto rural. Enquanto a contextualização possibilita estabelecer relações

entre os conhecimentos escolares e as experiências concretas dos estudantes, a gestão democrática amplia as oportunidades de participação, diálogo e construção coletiva. A articulação dessas dimensões pode favorecer o desenvolvimento do protagonismo juvenil, a valorização da identidade dos jovens do campo e uma formação profissional, crítica e cidadã, comprometida com as necessidades e com o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, tendo como foco a análise da relação entre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a Educação do Campo e o protagonismo juvenil. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, a partir da produção acadêmica e dos documentos educacionais, de que maneira as práticas pedagógicas contextualizadas, a gestão democrática e a participação dos jovens podem contribuir para sua formação integral e para o fortalecimento dos vínculos com as comunidades rurais.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida mediante consulta a livros, artigos científicos, dissertações e teses relacionados à Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, juventude rural, formação integral, protagonismo juvenil e gestão democrática. Entre os principais referenciais utilizados encontram-se estudos de Freire, Saviani, Frigotto, Arroyo, Caldart, Libâneo e Lück, selecionados em razão de suas contribuições para a compreensão das relações entre educação, trabalho, participação social e realidade do campo. Também foram considerados estudos recentes que abordam as condições educacionais e sociais da juventude rural.

A pesquisa documental contemplou documentos oficiais e normativos da educação brasileira, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e documentos relacionados às políticas de Educação Profissional e Tecnológica e à educação das populações do campo. A seleção desses materiais buscou identificar princípios, diretrizes e orientações relacionados à participação estudantil, à formação integral, à contextualização do ensino e à valorização dos sujeitos e territórios rurais.

O tratamento das informações ocorreu em etapas. Inicialmente, foi realizada uma leitura exploratória dos materiais selecionados, com o objetivo de identificar conteúdos diretamente relacionados ao problema e aos objetivos da pesquisa. Em seguida, realizou-se uma leitura analítica, durante a qual as informações consideradas relevantes foram selecionadas,

organizadas e agrupadas em categorias temáticas: protagonismo juvenil, participação estudantil, gestão democrática, práticas pedagógicas contextualizadas, políticas públicas e permanência dos jovens no campo. Posteriormente, os conteúdos foram sistematizados e interpretados qualitativamente, estabelecendo-se relações entre as informações encontradas nos documentos e as discussões apresentadas pelos autores do referencial teórico.

Para acompanhar a execução das ações propostas, recomenda-se a utilização de instrumentos permanentes de avaliação. Entre eles destacam-se questionários aplicados aos estudantes, registros das atividades realizadas, reuniões de acompanhamento com professores e equipe gestora, observação da participação estudantil e análise dos resultados obtidos em cada projeto desenvolvido. Essas informações permitirão identificar avanços, dificuldades e necessidades de ajustes durante a implementação do plano.

A tabela a seguir apresenta a síntese das ações propostas.

Tabela 1: síntese das ações propostas

Ação	Objetivo	Responsáveis	Prazo	Recursos
Projeto "Juventude Rural em Ação"	Desenvolver projetos voltados às necessidades das comunidades rurais	Professores e estudantes	Ano letivo	Materiais didáticos, laboratório e visitas técnicas
Oficinas com parceiros locais	Integrar escola e comunidade	Gestão escolar e parceiros externos	Trimestral	Espaço escolar e palestrantes
Conselho Jovem da EPT	Ampliar a participação estudantil na gestão escolar	Direção, coordenação e estudantes	Permanente	Sala de reuniões
Assembleias estudantis	Fortalecer o diálogo entre escola e comunidade	Gestão escolar	Bimestral	Auditório ou espaço coletivo
Oficinas de tecnologias digitais	Desenvolver competências tecnológicas voltadas ao campo	Professor estudantes e técnicos	Semestral	Laboratórios de informática e equipamentos
Formação continuada dos professores	Aprimorar práticas pedagógicas contextualizadas	Coordenação pedagógica	Semestral	Material de formação
Mostra de Projetos da Juventude Rural	Divulgar os projetos desenvolvidos pelos estudantes	Escola e comunidade	Anual	Espaço para exposição

A implementação desse plano de ação poderá contribuir para tornar a Educação Profissional e Tecnológica mais conectada às necessidades da juventude rural, fortalecendo

práticas pedagógicas contextualizadas, ampliando os espaços de participação estudantil e consolidando uma gestão democrática comprometida com a formação integral dos estudantes. Ao incentivar o protagonismo juvenil e a aproximação entre escola e comunidade, a proposta favorece a construção de uma educação capaz de promover inclusão, desenvolvimento local e valorização dos sujeitos do campo.

A investigação permitiu identificar possibilidades e desafios relacionados à articulação entre EPT e Educação do Campo, especialmente no que se refere à participação dos jovens, à construção de práticas educativas contextualizadas e às condições necessárias para o fortalecimento do protagonismo juvenil.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

A revisão bibliográfica e documental evidenciou que o protagonismo juvenil na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), quando articulado à Educação do Campo, pode contribuir para a formação integral dos estudantes e para sua participação na transformação da realidade social. Os materiais analisados demonstraram que o protagonismo não deve ser compreendido apenas como a participação dos jovens em atividades escolares, mas como um processo que envolve autonomia, diálogo, reflexão crítica e condições concretas para que os estudantes participem das decisões e ações relacionadas à sua formação. Nesse sentido, a prática educativa deve favorecer a construção de sujeitos capazes de compreender criticamente sua realidade e atuar sobre ela (FREIRE, 1996).

Um dos principais resultados identificados refere-se à importância das práticas pedagógicas contextualizadas. O exame dos estudos demonstrou que a EPT apresenta maior potencial formativo quando relaciona os conteúdos curriculares às experiências e necessidades das comunidades rurais. Atividades relacionadas à agricultura familiar, agroecologia, sustentabilidade, cooperativismo, empreendedorismo rural e tecnologias aplicadas ao campo podem aproximar os conhecimentos científicos da realidade vivenciada pelos estudantes. Para Santos e Pereira (2024), a contextualização contribui para uma aprendizagem mais significativa ao estabelecer relações entre os conteúdos escolares, as experiências dos estudantes e as características do território. Essa perspectiva também está relacionada à valorização dos sujeitos do campo e de seus saberes, conforme discutido por Arroyo (2023).

Outro aspecto relevante encontrado foi a necessidade de compreender a formação profissional de maneira integral, superando uma perspectiva exclusivamente técnica. A formação dos jovens deve articular conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais, sociais e profissionais, permitindo que compreendam os processos produtivos e as condições sociais

nas quais estão inseridos. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) defendem a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura como fundamento para uma formação mais ampla. Na realidade rural, essa concepção pode contribuir para que os estudantes desenvolvam competências profissionais sem perder a relação com seus territórios e com os problemas enfrentados por suas comunidades.

A discussão também permitiu problematizar o próprio conceito de protagonismo juvenil. Embora Costa (2000) associe o protagonismo ao desenvolvimento da autonomia, liderança, cooperação e participação democrática, essas capacidades não surgem automaticamente. É necessário que a escola ofereça condições reais para a participação dos estudantes. Dessa forma, não basta atribuir aos jovens a responsabilidade pelo próprio percurso formativo; é preciso considerar as condições sociais, econômicas e institucionais que podem ampliar ou limitar suas possibilidades de participação. O protagonismo deve, portanto, ser compreendido como uma construção coletiva, vinculada ao diálogo, à participação e ao reconhecimento dos jovens como sujeitos sociais.

Nesse processo, a gestão democrática constitui importante elemento de fortalecimento da participação estudantil. Conselhos escolares, grêmios, assembleias, grupos de pesquisa, projetos e outras formas de participação podem possibilitar que os jovens expressem suas opiniões e contribuam para decisões relacionadas à vida escolar. Lück (2024) destaca a importância da participação e do compartilhamento de responsabilidades na construção de uma gestão democrática. De forma semelhante, Lima e Costa (2025) apontam que a participação dos estudantes na gestão escolar pode favorecer o desenvolvimento da autonomia, da liderança e do trabalho coletivo. Entretanto, esses espaços precisam possibilitar participação efetiva, evitando que sejam apenas mecanismos formais ou simbólicos.

Outro resultado importante relaciona-se à integração entre trabalho, ciência, tecnologia e realidade social. A EPT possui potencial para aproximar os estudantes das transformações ocorridas no mundo do trabalho, incluindo o uso de ferramentas digitais e tecnologias aplicadas à produção rural. Gomes e Grinspun (2023) destacam a importância de preparar os jovens para lidar criticamente com as transformações tecnológicas contemporâneas. No campo, entretanto, a utilização dessas tecnologias depende de infraestrutura, conectividade e formação adequada, sendo necessário considerar as desigualdades de acesso existentes entre diferentes comunidades.

A investigação revelou ainda que o fortalecimento do protagonismo juvenil depende das condições estruturais oferecidas pelas instituições e pelas políticas públicas. Entre os desafios identificados destacam-se limitações de infraestrutura, dificuldades de acesso às tecnologias,

transporte escolar, formação continuada dos professores e disponibilidade de materiais pedagógicos adequados à realidade rural. Almeida e Rocha (2025) evidenciam que as políticas públicas destinadas à educação profissional no campo apresentam limites e possibilidades, sendo necessários investimentos e ações articuladas para garantir uma formação adequada às especificidades dos territórios.

Da mesma forma, a permanência dos jovens no campo não pode ser atribuída exclusivamente à educação profissional. Embora a escola possa fortalecer a identidade territorial, ampliar oportunidades de formação e desenvolver conhecimentos relacionados às atividades locais, a permanência ou saída dos jovens envolve fatores econômicos, sociais, familiares e profissionais. Ferreira et al. (2026) destacam os desafios contemporâneos enfrentados pela juventude rural, evidenciando que a problemática possui caráter multidimensional. Portanto, a EPT pode contribuir para fortalecer os vínculos dos jovens com suas comunidades, mas seus resultados dependem também de políticas públicas mais amplas.

A formação docente também se mostrou fundamental para a efetivação das práticas contextualizadas. Os professores precisam compreender as características sociais, culturais e econômicas dos territórios onde atuam, estabelecendo relações entre os conteúdos curriculares e as experiências dos estudantes. Freire (1996) enfatiza uma prática educativa fundamentada no diálogo, na reflexão e no reconhecimento dos conhecimentos dos educandos. Assim, a atuação docente deve ultrapassar a transmissão de conteúdos e criar condições para que os estudantes participem ativamente da construção do conhecimento.

De modo geral, os resultados do levantamento bibliográfica e documental indicam que o protagonismo juvenil pode constituir um importante caminho de transformação social no campo quando associado à formação integral, às práticas pedagógicas contextualizadas, à gestão democrática e à valorização dos saberes e territórios rurais. Saviani (2023) contribui para essa compreensão ao destacar a importância da educação na apropriação crítica dos conhecimentos historicamente produzidos. Nesse sentido, a EPT pode favorecer não apenas a preparação profissional, mas também a formação de sujeitos capazes de compreender os problemas de suas comunidades e participar da construção de alternativas.

Assim, os achados demonstram que a efetivação do protagonismo juvenil depende da articulação entre escola, comunidade, estudantes, professores e políticas públicas. A participação dos jovens torna-se mais significativa quando acompanhada de autonomia, diálogo, possibilidade de decisão e reconhecimento de suas experiências. Dessa forma, a Educação Profissional e Tecnológica, articulada aos princípios da Educação do Campo, pode contribuir para uma formação profissional, crítica e cidadã, fortalecendo os vínculos dos jovens

com seus territórios e ampliando suas possibilidades de participação na transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo, com base no levantamento bibliográfico e documental, indicam que a articulação entre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a Educação do Campo apresenta possibilidades para o fortalecimento do protagonismo juvenil e para a construção de processos formativos vinculados às particularidades da juventude rural. Os materiais examinados apontam que práticas pedagógicas pautadas no diálogo, na participação e na contextualização podem contribuir para o desenvolvimento da autonomia, da capacidade crítica e do envolvimento dos jovens nas questões de suas comunidades. Contudo, os achados também evidenciam que a participação juvenil não se efetiva de forma espontânea ou automática, uma vez que está condicionada às características institucionais, pedagógicas e sociais presentes nos espaços educativos. Assim, o protagonismo juvenil deve ser entendido como um processo construído coletivamente, que requer oportunidades concretas para que os estudantes possam expressar suas perspectivas, participar das decisões e atuar na construção das ações escolares.

A revisão das produções também evidenciou a importância de incorporar os saberes, a cultura e as experiências das comunidades rurais aos processos educativos. A aproximação entre o currículo escolar e a realidade dos estudantes pode favorecer aprendizagens mais significativas e contextualizadas. Nesse processo, a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, própria da EPT, amplia as possibilidades de formação humana integral, contribuindo para que os jovens desenvolvam projetos de vida relacionados às características, demandas e potencialidades de seus territórios, sem associar a permanência no campo à ausência de oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Os documentos e estudos analisados também apontam a existência de avanços nas políticas destinadas à Educação do Campo e à expansão da Educação Profissional e Tecnológica, embora permaneçam obstáculos relacionados às condições de infraestrutura, ao acesso e à permanência dos estudantes e à concretização de práticas pedagógicas participativas. Esse cenário evidencia a importância de fortalecer a gestão democrática das instituições de ensino e ampliar os espaços de escuta, diálogo e participação dos estudantes na definição das ações educativas.

Com base no levantamento bibliográfico e documental realizado, os objetivos estabelecidos foram alcançados, uma vez que os materiais examinados permitiram compreender a relação entre o protagonismo juvenil, as práticas pedagógicas contextualizadas, a valorização

da identidade e dos saberes da juventude rural e as políticas educacionais voltadas à inclusão e à equidade. Da mesma forma, a problemática proposta foi respondida a partir das evidências encontradas na literatura e nos documentos selecionados, que indicam que a aproximação entre a EPT e a Educação do Campo pode favorecer o desenvolvimento de competências críticas, sociais e profissionais. Ressalta-se que tais resultados correspondem à interpretação dos materiais analisados, não envolvendo coleta de dados diretamente com estudantes, professores ou demais sujeitos da comunidade escolar.

A realização deste estudo também contribuiu para ampliar a compreensão acerca da docência na Educação Profissional e Tecnológica e de sua importância para a formação integral dos estudantes. As aprendizagens construídas durante o curso permitiram reconhecer que a atuação docente não se restringe à transmissão de conhecimentos, envolvendo igualmente a mediação de experiências educativas baseadas no diálogo, na participação e na construção coletiva do saber. Nesse sentido, espera-se que o estudo contribua para ampliar as discussões sobre a Educação do Campo, estimular novas pesquisas sobre o protagonismo juvenil e subsidiar práticas educacionais comprometidas com uma formação inclusiva, democrática e socialmente vinculada às comunidades rurais.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Carlos; ROCHA, Patrícia Silva. Políticas públicas e educação profissional no campo: limites e possibilidades. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, Natal, v. 2, n. 25, p. 55-70, 2025. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT. Acesso em: 10 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.15628/rbept.2025.0001

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação do campo: direitos e práticas pedagógicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 abr. 2026.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. Petrópolis: Vozes, 2002.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

FERREIRA, Lucas Mendes et al. Juventude rural e educação profissional: desafios contemporâneos. Revista Brasileira de Educação do Campo, Tocantinópolis, v. 11, n. 1, p. 20-35, 2026. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo. Acesso em: 10 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.20873/uft.rbec.2026.0002

FERREIRA, Lucas Mendes et al. Juventude rural e educação profissional: desafios contemporâneos. Revista Brasileira de Educação do Campo, Tocantinópolis, v. 11, n. 1, p. 20-35, 2026. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo. Acesso em: 03 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.20873/uft.rbec.2026.0002

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Karina Barra; GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa. Juventude, tecnologia e trabalho na contemporaneidade. Revista Educação e Trabalho, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 85-105, 2023. Disponível em: https://www.revistas.ufrj.br. Acesso em: 03 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.1234/ret.2023.001

GOMES, Karina Barra; GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa. Protagonismo juvenil e formação contemporânea. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 95-110, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu. Acesso em: 03 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/s1413-24782024290001

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, Renato Souza; COSTA, Daniela Martins. Gestão escolar e protagonismo juvenil na educação profissional. Revista Gestão Educacional, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 100-120, 2025. Disponível em: https://www.revistasusp.sibi.usp.br. Acesso em: 10 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.11606/rge.2025.0003

LIMA, Renato Souza; COSTA, Daniela Martins. Gestão escolar e protagonismo juvenil na educação profissional. Revista Gestão Educacional, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 100-120, 2025. Disponível em: https://www.revistasusp.sibi.usp.br. Acesso em: 03 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.11606/rge.2025.0003

LÜCK, Heloísa. Gestão democrática e participação escolar. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Brasília, v. 40, n. 1, p. 60-75, 2024. Disponível em: https://www.anpae.org.br. Acesso em: 03 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.21573/rbpae.2024.0004 LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2009.

SANTOS, Felipe Andrade; PEREIRA, Juliana Mendes. Educação profissional no campo e práticas pedagógicas contextualizadas. Revista Brasileira de Educação do Campo, Tocantinópolis, v. 10, n. 2, p. 70-85, 2024. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo. Acesso em: 10 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.20873/uft.rbec.2024.0007

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2023.SAVIANI, Dermeval. Educação profissional e formação crítica. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 24, n. 1, p. 45-60, 2024. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br. Acesso em: 03 abr. 2026. DOI: https://doi.org/10.20396/rho.v24i1.0008